

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/13394</b>	<b>19687/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - CPE.31.25.DMOSM_Aprovação da adjudicação e aprovação da minuta do contrato</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DCP - UCE [ENTRADAS]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na presente informação técnica.

**ASSUNTO: CPE.31.25.DMOSM\_ " REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO FLÁVIO SÁ LEITE" \_Aprovação da adjudicação e aprovação da minuta do contrato.**

**Proposta:**

No âmbito da presente empreitada, propõe-se a aprovação da adjudicação ao concorrente ATLÂNTINÍVEL - CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA, na sequência da ordenação das propostas em conformidade com o Relatório Preliminar e que a empreitada supramencionada lhe seja adjudicada pela quantia de €8.634.173,57 (oito milhões seiscentos e trinta e quatro mil, cento e setenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos), a que acresce o IVA à taxa em vigor, sendo o prazo de execução de 630 dias, em conformidade com a proposta apresentada, tudo em conformidade com o Relatório Final em anexo.

Propõe-se ainda a aprovação da minuta do contrato, anexa ao Relatório Final.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas

### I - INTRODUÇÃO E IDENTIFICAÇÃO:

**Concurso Público: CPE.31.25.DMOSM**

**Contratação: empreitada de "REQUALIFICAÇÃO DO PAVILHÃO FLÁVIO SÁ LEITE".**

**Preço base (Pb): €7.347.733,66 (sete milhões trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e três euros e sessenta e seis cêntimos) (Sem IVA);**

**Prazo máximo de execução da empreitada: 720 (setecentos e vinte) dias.**

Reunião efetuada pelo júri do procedimento, em 10/04/2026, para cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, destinada à elaboração do relatório final, no âmbito do procedimento acima referenciado, cujo anúncio n.º 26957/2025, foi publicado no Diário da República, Parte L, II série, Número 197, de 13 de outubro de 2025, com o objetivo de ponderar as observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, confirmar ou não, a ordenação final das propostas constantes do Relatório Preliminar, que se anexa, e finalmente, propor a adjudicação e as formalidades legais dela decorrentes.



## II – RESULTADO DA AUDIÊNCIA PRÉVIA E ORDENAÇÃO DAS PROPOSTAS:

Em cumprimento do disposto no artigo 147.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o Relatório Preliminar, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito de audiência prévia.

Durante o prazo acima referido os concorrentes não apresentaram quaisquer reclamações.

Nessa medida, o Júri deliberou, por unanimidade, não alterar o projeto de decisão vertido no Relatório preliminar de análise e avaliação das propostas e manter a ordenação das propostas.

## II.1 – ORDENACÃO DAS PROPOSTAS:

A ordenação das propostas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, com recurso à hipótese legal consagrada no artigo **70.º, n.º 6 do Código dos Contratos Públicos**, conforme previsto na alínea m) do artigo 19.º do Programa do Concurso, e de acordo com o Relatório Preliminar, é a seguinte:

Posição (em função do critério de adjudicação)	Identificação do concorrente	Pontuação final	Preço da proposta	Prazo de Execução
1.º	ATLÂNTINÍVEL - CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.	- 0,93	€8.634.173,57	630 dias
2.º	JOAQUIM PEIXOTO AZEVEDO & FILHOS LDA.	- 0,98	€8.688.502,22	631 dias
3.º	COSTEIRA - ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A..	- 1,07	€8.788.849,55	630 dias
4.º	NVE ENGENHARIAS, S.A.	- 1,08	€8.799.803,96	630 dias

### III –ADJUDICAÇÃO E FORMALIDADES:

**III.I – Ao abrigo do previsto no número 6 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, o órgão competente poderá adjudicar, aquela que, de entre as propostas que apenas tenham sido excluídas pelo facto do preço contratual proposto ser superior ao preço base e desde que não excedam em mais de 20% o montante do preço base seja ordenada em primeiro lugar de acordo com os critérios de adjudicação. Assim, na**



sequência da ordenação das propostas em conformidade com o Relatório Preliminar e pelo facto do concorrente **ATLÂNTINÍVEL - CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA**, ter ficado classificado em 1.º lugar, o júri deliberou propor que a empreitada supramencionada, lhe seja adjudicada pela quantia de **€8.634.173,57** (oito milhões seiscentos e trinta e quatro mil, cento e setenta e três euros e cinquenta e sete cêntimos), a que acresce o IVA à taxa em vigor, sendo o **prazo de execução de 630 dias**, em conformidade com a proposta apresentada.

### III.II. Cabimento orçamental

Para cumprimento da alínea c) do n.º 6 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, procedeu-se ao respetivo reforço/alteração da informação do cabimento n.º 98305 de 23/09/2025, revisto e atualizado em 25/03/2026.

### III.III – Compromisso

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do compromisso n.º 135199 de 16/04/2026.

### III.IV – Caução

Face ao valor da adjudicação, é exigida a prestação de uma caução correspondente a 5% do preço contratual, conforme o definido no artigo 24.º do Programa do Concurso.

O modo de prestação da caução é o referido no Programa do Concurso.

### III.V– Documentos de Habilitação

Os documentos de habilitação são os previstos no artigo 23.º do Programa do Concurso, sendo o prazo para a respetiva apresentação de 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação da decisão de adjudicação, em conformidade com o referido artigo.

### III.VI – Contrato Escrito

- **Minuta do contrato**

Propõe-se, nos termos do n.º 1 do artigo 98.º do CCP, a aprovação da minuta do contrato, em anexo, a celebrar com o adjudicatário.

### III.VII – Notificação da Adjudicação

Face ao que antecede, e se as propostas aqui formuladas merecerem a aprovação superior, proceder-se-á, nos termos do n.º 1 do artigo 77.º do CCP, ao envio da notificação da



adjudicação ao adjudicatário e, em simultâneo, aos restantes concorrentes, a qual será acompanhada do presente “Relatório Final”.

Nos termos do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, o adjudicatário será igualmente notificado:

- Para apresentar os documentos de habilitação exigidos no prazo fixado e nos termos do artigo 81.º do CCP;
- Para prestar caução;
- Para se pronunciar sobre a minuta do contrato.

17 de abril de 2026

O Júri do Procedimento,

**Em anexo:**

- Minuta do Contrato;
- Compromisso;
- Relatório Preliminar.















\_\_\_\_4. Tratando-se de comunicações efetuadas por telecópia a data da notificação corresponde à data constante no relatório de transmissão bem-sucedido.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. As notificações e comunicações nos termos dos números anteriores, efetuadas após as 17 horas do local de receção ou em dia não útil nesse mesmo local, presumem-se feitas às 10 horas do dia útil seguinte.\_\_\_\_\_

#### **Artigo 14.º**

#### **(Confidencialidade e proteção de dados pessoais)**

\_\_\_\_1. O empreiteiro obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pelo dono da obra ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.\_\_\_\_

\_\_\_\_2. Os dados pessoais a que o empreiteiro tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas do dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_3. O empreiteiro compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra, ao abrigo do contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pelo dono da obra.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_4. No caso em que o empreiteiro seja autorizado pelo dono da obra a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_5. O empreiteiro obriga-se a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na **Lei da Proteção de Dados Pessoais** (Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, doravante designada por LPDP), e demais legislação aplicável, em particular o **Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016**, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o empreiteiro celebre com outras entidades por si subcontratadas.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_6. O empreiteiro obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:\_\_\_\_\_

\_\_\_\_a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo dono da obra única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do presente contrato;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_b) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;\_\_\_\_\_



\_\_\_\_c) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_d) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que o dono da obra esteja vinculado, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_e) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta do dono da obra contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_f) Prestar ao dono da obra toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais efetuado ao abrigo do contrato e manter o dono da obra informado em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;\_\_\_\_\_

\_\_\_\_g) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_7. O empreiteiro será responsável por qualquer prejuízo em que o dono da obra venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no contrato.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_8. Para efeitos do disposto no número anteriores, entende-se por “colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao empreiteiro, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o empreiteiro e o referido colaborador.\_\_\_\_\_

\_\_\_\_9. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do presente contrato, independentemente do motivo porque ocorra.\_\_\_\_\_









O referido concorrente apresentou o referido documento em falta, o qual se verificou estar em coerência com a proposta apresentada.

**III.3.** Em relação às restantes propostas o júri não identificou a necessidade de solicitar esclarecimentos, tendo, portanto, formado a sua convicção exclusivamente com base na informação vertida na documentação apresentada.

**III.4.** Em resultado da análise das propostas supramencionadas, o júri decidiu, nos termos do artigo 146.º do CCP, a **exclusão** das propostas apresentadas pelos seguintes concorrentes:

**III.4.1 PROPOSTAS QUE PREENCHEM MAIS DO QUE UM MOTIVO DE EXCLUSÃO:**

**- RUI VILAÇA PINHEIRO LDA;**

**Motivos de exclusão:**

- Apresentação de um preço contratual (**€12 627 841,72**), superior ao preço base do procedimento (€7.347.733,66), sendo a exclusão fundamentada na alínea o) do n.º 2, artigo 146º, conjugado com a alínea d) do n.º 2, do artigo 70.º, ambos do CCP;

- Não apresentação dos documentos que constituem a proposta, nomeadamente a indicação dos preços parciais, o programa de trabalhos; o cronograma financeiro e a Memória descritiva, todos indicados do n.º 1 do artigo 12.º do Programa do Concurso, sendo a exclusão determinada pela alínea d), do n.º 2 do artigo 146.º do CCP;

- Não apresentação de termos e condições indispensáveis à avaliação das propostas, a que os documentos previstos no artigo 12.º do Programa do Concurso e não apresentados visavam dar resposta, sendo a exclusão determinada pelo artigo 70.º, n.º 2, a) e c) e pelo artigo 146.º, n.º 2, o) do CCP









- a) *Essa possibilidade se encontre prevista no programa do procedimento e a modalidade do critério de adjudicação seja a referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º;*
- b) *O preço da proposta a adjudicar respeite os limites previstos no n.º 4 do artigo 47.º;*
- c) *A decisão de autorização da despesa já habilite ou seja revista no sentido de habilitar a adjudicação por esse preço».*

#### **V- REQUISITOS PARA ADJUDICAÇÃO DA PROPOSTA COM PREÇO SUPERIOR AO PREÇO BASE:**

O Júri procurou verificar se, no contexto do presente procedimento, estão preenchidos os requisitos e pressupostos que habilitam a entidade adjudicante a proceder à adjudicação, com recurso à hipótese legal consagrada no citado artigo 70.º, n.º 6 do CCP, conforme previsto no artigo 19.º do Programa do Concurso.

- **Tipo de procedimento | verificado:** o procedimento de formação do contrato é um concurso público;
- **Exclusão de todas as propostas | verificado:** o júri concluiu que todas as propostas apresentadas preenchem motivos de exclusão, conduzindo à aplicação do disposto no artigo 79.º, n.º 1, alínea b) do Código dos Contratos Públicos;
- **Existir, pelo menos, uma proposta cuja exclusão foi determinada somente por apresentar um preço superior ao preço base | verificado:** da análise das propostas, resulta que as propostas indicadas no ponto III.4.1 deste relatório, não preenchem qualquer outro fundamento de exclusão para além do enunciado na alínea d), do n.º 1 do artigo 70.º do CCP;
- **O preço da proposta cuja exclusão foi determinada apenas por apresentar um preço superior ao preço base não exceder em mais de 20% o montante do preço base | verificado:** O preço global das propostas indicadas no ponto III.4.1 deste relatório, não excede em mais de 20% o preço base do procedimento;



- **A possibilidade de adjudicação acima do preço base se encontre prevista no programa do procedimento | verificado:** Esta possibilidade de adjudicação acima do preço base está prevista no artigo 19.º do Programa do Procedimento;
- **A modalidade do critério de adjudicante prevista no Programa do Procedimento seja a de «multifator» | verificado:** o artigo 19.º do Programa do Procedimento indica, como modalidade do critério de adjudicação, a prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, sendo o critério de adjudicação densificado por diferentes fatores correspondentes a diversos aspetos da execução do contrato a celebrar;
- **A adjudicação recaia sobre a proposta admissível, à luz destes pressupostos, que seja ordenada em primeiro lugar, de acordo com o critério de adjudicação | verificado:** O critério de adjudicação segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade Multifator, enquanto instrumento de diferenciação e graduação de propostas, será aplicado nos termos do artigo 19.º do Programa do Concurso, de acordo com o regulamento de análise das propostas.
- **O preço da proposta a adjudicar respeite os limites previstos no n.º 4 do artigo 47.º do CCP | verificado:** Foi promovido um concurso público com publicação internacional de anúncio no JOUE n.º 2025-OJS197-00674987, e o valor da proposta a adjudicar, inscreve-se nos limiares definidos para o tipo de procedimento, pelo disposto no artigo 19.º, alínea a) do CCP;
- **A decisão de autorização da despesa já habilite ou seja revista no sentido de habilitar a adjudicação por esse preço | verificado:** uma vez que a autorização da despesa está delimitada pelo preço base, a possibilidade de adjudicação, por recurso ao disposto no artigo 70.º, n.º 6 do CCP, exigirá a revisão de tal decisão, de harmonia com o valor da proposta que pode ser aceite.



- **Existam motivos excepcionais e de justificado interesse público para a adjudicação acima do preço base | verificado:**

O critério de adjudicação adotado no presente procedimento foi o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, com ponderação de 70% para o preço e 30% para o prazo de execução, conforme definido nas peças do procedimento.

Foram apresentadas quatro propostas, todas com valor superior ao preço base, contudo, nenhuma excede o limite de 20% previsto no n.º 6 do artigo 70.º do CCP.

Da análise efetuada pelo júri, resulta que todas as propostas cumprem os requisitos técnicos e formais exigidos, não existindo fundamentos de exclusão para além do preço proposto.

O facto de todas as propostas apresentarem valor superior ao preço base encontra explicação no atual contexto do mercado da construção, marcado pelo aumento e instabilidade dos preços de materiais, energia e mão de obra, bem como pela elevada procura e limitação da capacidade produtiva do setor, não sendo expectável que a abertura de novo procedimento permita obter propostas de valor inferior, existindo, pelo contrário, risco de agravamento de preços e de redução da concorrência.

O Pavilhão Flávio Sá Leite apresenta limitações estruturais e funcionais significativas, que comprometem o cumprimento integral das exigências regulamentares e podem colocar em causa a segurança dos utilizadores, pelo que, a não realização da intervenção poderá conduzir ao agravamento das condições existentes e, em cenário extremo, à restrição ou interdição do equipamento, com prejuízo para o interesse público.

Nestes termos, é juridicamente admissível e materialmente justificada a adjudicação da presente empreitada.

## **VI – ADMISSÃO DAS PROPOSTAS AO ABRIGO DO ARTIGO 70.º, n.º 6 DO CCP:**

Considera-se assim que as propostas dos concorrentes **Atlântinível - Construção Civil, Lda; Costeira - Engenharia e Construção, S.A; NVE Engenharias, S.A; Joaquim Peixoto Azevedo & Filhos Lda**, reúnem as condições para adjudicação ao





**VIII.I. Cabimento orçamental**

Para cumprimento da alínea c) do n.º 6 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos, procedeu-se ao respetivo reforço/alteração da informação do cabimento n.º **98305** de 23/09/2025, revisto e atualizado em 25/03/2026.

**IX – AUDIÊNCIA PRÉVIA**

Finalmente, de acordo com o disposto no artigo 147.º do CCP, o júri procederá, seguidamente, à notificação dos concorrentes para que se pronunciem, no prazo de cinco dias úteis, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia, sobre o presente relatório, do qual se enviará um exemplar.

Para o efeito, serão disponibilizados na plataforma eletrónica da entidade adjudicante os seguintes documentos:

- Propostas apresentadas.

25 de março de 2026

O Júri do Procedimento,

